

Prefeitura quer verbas do PAC para calçadas

Projeto de padronização será entregue à Caixa Econômica hoje. Objetivo: R\$ 200 milhões

SUZANA FONSECA
DA REDAÇÃO

A Secretaria de Infraestrutura e Edificações (Siedi) de Santos dará um importante passo amanhã, quando entregará à Caixa Econômica Federal (CEF) o projeto técnico de um pacote de obras para padronizar as calçadas da Cidade. As ações também incluem melhorias na arborização e no mobiliário urbano (objetos e equipamentos instalados em espaços públicos), com exceção dos morros e área continental.

Com a entrega do projeto *Calçada para Todos*, a Prefeitura espera ser incluída na lista de municípios beneficiados com recursos da Caixa voltados para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade Urbana, do Governo Federal. A estimativa é de que sejam necessários cerca de R\$ 200 milhões para as obras.

O projeto foi apresentado na manhã de ontem, durante audiência pública realizada na Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos. O evento contou com a participação de moradores e representantes de entidades do Município.

“Estamos reivindicando essa verba do PAC”, afirmou, no final da audiência, o secretário de Infraestrutura e Edificações, Ângelo José da Costa Filho. “O Governo Federal tem um procedimento para escolha das cidades. Nosso projeto está muito bem feito e embasado. Mas são muitos municípios e estamos esperando uma resposta”.

Para a elaboração do projeto, conforme Costa Filho, a Sied recebeu instruções técnicas da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), entidade reconhecida como centro de referência em tecnologia do cimento dentro e fora do País.



FOTOS NIRLEY SENA

Imagens como essa, na Rua Rodrigo Silva, podem se tornar mais raras

“O projeto está sendo feito com a tecnologia deles”.

A ideia é substituir todas as calçadas da área insular de Santos por concreto liso – chamado desempenado – e ordenar esse espaço. Na área continental, a medida não poderá ser adotada devido à necessidade de regularização fundiária.

MANUTENÇÃO

“Já enviamos a proposta (para o Governo Federal) e o projeto técnico vai dia 29 (amanhã) para a Caixa e aí já fica oficial”, disse o secretário. “Enquanto isso, vamos planejar com o prefeito (Paulo Alexandre Barbosa) e a Câmara a legislação, como isso vai ser cobrado, custeado”.

O custeio das obras será feito pelo Poder Público. Mas a manutenção das calçadas, depois de prontas, ainda não está definida a quem competirá: atualmente, essa é uma responsabilidade dos proprietários dos imóveis; porém, a Prefeitura estuda a possibilidade de assumir essa obrigação, a fim de assegurar tanto a padronização quanto as boas condições dos passeios públicos.

“Senão vira uma colcha de retalhos como vemos hoje. A fiscalização é deficiente mesmo, não tem jeito, não tem número de fiscais suficiente”, reconheceu Costa Filho. “A legislação envolveria não só a fiscalização, mas a multa, que deve ser aumentada”.

Aprovado

“O concreto liso é moldado in loco, garante um piso contínuo, sem trepidação. Várias cidades no mundo, como Paris, Nova Iorque, Chicago e Sidney, já utilizam esse tipo de material”

Glauceus Farinello,
engenheiro da Siedi

Transição

“É um projeto a longo prazo. A legislação atual se mantém, as pessoas continuam sendo responsáveis por suas calçadas, até a calçada pública chegar lá. Ai, muda para a nova legislação”

Ângelo José da Costa Filho, secretário de
Infraestrutura e Edificações

As concessionárias que prestam serviços de abastecimento, como água e luz, também deverão receber atenção.

“Queremos criar um sistema eficiente, em que as concessionárias realmente estejam integradas com a área de infraestrutura”, destacou o secretário. “Se vai fazer uma intervenção na calçada da rua tal, avisa antes, para que possamos preparar a área, sinalizar, para que os pedestres possam caminhar, atravessar a rua; porque, pelo jeito, não fazem nada disso”.

Caso o projeto seja contemplado pelo PAC, a expectativa é de que os trabalhos possam ser iniciados até o final do ano. Já o prazo de duração das obras poderá variar de cinco a dez anos.



A vendedora Norma Correa já foi vítima de calçadas esburacadas

Padronização evita ‘colcha de retalhos’

Um estudo prévio identificou mais de dois milhões de metros quadrados de passeios públicos em Santos, sem contar os morros, de acordo com o engenheiro e chefe do Departamento de Obras Públicas da Secretaria de Infraestrutura e Edificações (Siedi), Glauceus Farinello.

A proposta do projeto da Siedi ordena a calçada em duas faixas: a livre e a de serviços. A primeira, do lado de dentro, é destinada à livre circulação de pessoas e deverá ocupar dois terços da largura do passeio público; a segunda, junto à guia, é onde deverão ficar todos os equipamentos, como postes de iluminação e sinalização e orelhões.

A Siedi fez um modelo desse tipo de calçada na altura do número 364 da Avenida Epitácio Pessoa, na praça do Sesc, na Aparecida. Um trecho do passeio público recebeu o concreto desempenado e as duas áreas foram delimitadas.

“Na Cidade, temos 90% dos passeios com largura de 1,8 e 3,6 metros”, explicou Farinello. “Calçadas que não se encaixam nesse modelo deverão ser alvo de projeto específico por parte da Prefeitura”.

Um exemplo disso está sendo feito na Avenida Senador Feijó, onde a calçada está sendo alargada, conforme o engenheiro.

“A questão de padronizar é para evitar colcha de retalhos. Para quem defende a estética, é fundamental se defender um tipo de piso”, advertiu Farinello. “E, dentre todos, fazendo um balanço de prós e contras, a Administração entende que o concreto é a melhor solução para Santos”.

QUEDAS

Todos os dias, há 30 anos, a vendedora ambulante de iogurte Norma Corrêa, de 79 anos, percorre as ruas do Macuco, em Santos. Os produtos são levados em um carrinho com refrigeração.

O trabalho seria relativamente fácil, não fossem as armadilhas que se apresentam a cada passo que a comerciante dá nas calçadas esburacadas e desniveladas do bairro. “Ando mais pela rua. Já caí algumas vezes. Tem muito buraco e raiz de árvore exposta. É muito ruim de andar”.

O aposentado Nelson Miguel, de 79 anos, que mora na Aparecida, também já foi vítima das maltratadas calçadas de Santos e aprovou o modelo de passeio público com o concreto desempenado.

“Já caí umas três vezes. Esse mosaico português fica com as pedras soltas. É um perigo”, contou Miguel. “Tem que deixar com concreto, tudo liso, é muito melhor”.

Vizinhos de bar reclamam de som alto e lixo na rua

DA REDAÇÃO

Barulho madrugada adentro, lixo e urina pela rua, carros estacionados nas calçadas e em guias rebaixadas, na frente das garagens dos moradores. Essas são as reclamações de vizinhos do Satturmino Bar & Lounge, que fica na Rua Oswaldo Cochrane, 155, no Embaré.

Em contato com *A Tribuna*, moradores da vizinhança dizem não ter mais tranquilidade nas noites e madrugadas, principalmente de quinta a domingo. Essa situação já teria sido, inclusive, comunicada à Prefeitura. Mas nada mudou.

A advogada Regina Helena Pascoal, vizinha do bar, conta que os frequentadores fazem da calçada da sua casa um depósito de copos, latinhas e cigarros. “No final de semana eles começam com um churrasco que vara a madrugada. As 4 horas tem gente lá”, afirma.

Segundo a advogada, a poluição sonora é fruto das conversas altas e gritarias promovidas pelos clientes e não por conta de música. “Minha mãe tem 73 anos, é doente e mora comigo. Ela simplesmente não consegue dormir”.

Uma aposentada que mora em frente ao bar e não quer ser identificada também sente-se incomodada. “Já chamei oito vezes a polícia e eles falam que é com a Prefeitura, com a Ouvidoria. Não dá para continuar assim”.

SATTURNINO

O gerente do bar, Gilmar de

Oliveira, garante que o local só tem música de sexta a domingo. Segundo ele, na sexta o som vai até 23h30, no sábado até 1 hora e domingo termina por volta de meia-noite.

Sobre os frequentadores, o gerente afirma não ter responsabilidade por quem está na rua. “Sábado ou domingo, quando enche, algumas pessoas falam um pouco alto. Isso acontece e a gente pede para falar mais baixo, desligar o som do carro. Mas não é no estabelecimento, é fora”.

PREFEITURA

A Secretaria de Meio Ambiente de Santos (Semam) informa que faz medições em locais que possam causar poluição sonora. No caso do bar citado pela reportagem, a Semam confirma que há denúncia de poluição sonora. Para constatar o problema, entretanto, é preciso ir até a casa do denunciante para fazer a medição. “Nesse caso, o município não quis fornecer os dados pessoais para a equipe acessar a residência”.

Sobre perturbação de sossego público, a Prefeitura afirma que as denúncias podem ser feitas diretamente para a Polícia Militar (telefone 190). Já a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) diz que vai “intensificar a fiscalização no local para verificar se as denúncias (de carros nas calçadas e guias rebaixadas) procedem”.

Fizemos o maior plano de saúde do país. Especialmente para você contar com muito mais soluções.

Compare, comprove e descubra uma opção perfeita para você.

Planos a partir de

Linha Blue R\$ 87,48⁽¹⁾ por beneficiário	Linha Medial R\$ 69,41⁽²⁾ por beneficiário	Linha Dental R\$ 16,00⁽³⁾ por beneficiário
---	---	---

Confira nossos diferenciais:

- Redução máxima de carência⁽⁴⁾;
- Abrangência nacional ou regional;
- Rede credenciada ampla e qualificada;
- Teleatendimento 24 horas, com médico de plantão;
- Planos com opção de reembolso⁽⁵⁾.

Estamos de plantão. Ligue já.

(13) 3224-7700

amil.com.br

(1) Plano Blue 300, de 30 a 99 vidas, QC, de 0 a 18 anos.
(2) Plano Medial 300, de 30 a 99 vidas, QC de 0 a 18 anos. Plano com coparticipação. (3) Plano Dental 200, de 3 a 99 beneficiários. Não inclui o plano médico. (4) Para planos (PRC 398), oriundos de operadoras congêneres, exceto partos e doenças preexistentes, conforme regras vigentes na época da contratação. (5) Reembolso para consultas, exames e honorários médicos fora da rede credenciada, de acordo com o plano escolhido. Preços válidos até 30/6/2013 e somente para contratação no Estado de São Paulo.